

I.

Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Administrativo

Exmo. Sr. Ministro da Justiça

Exmo. Sr. Ministro da Administração Interna

Exmos. Srs. Representantes dos Grupos Parlamentares do Partido

Socialista e do Partido Social-Democrata

Exmo. Sr. Procurador-Geral da República

Exmo. Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Justiça

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração Interna

Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada e Exmos. Srs. Representantes dos

Chefes de Estado-Maior do Exército e da Força Aérea

Exmos. Senhores Deputados

Exmo. Sr. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

Exmos. Srs. Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal

Administrativo e do Tribunal de Contas, este por si e em representação do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas.

Exmo. Sr. Director Nacional da Polícia de Segurança Pública e Exmo. Sr.

Representante do Sr. Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana

Exmos. Srs. Presidentes dos Tribunais da Relação do Porto, Coimbra, Évora e

Guimarães e dos Tribunais Centrais Administrativos do Sul e do Norte

Exmo. Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados

Exmos. Srs. Vice-Presidentes do Tribunal da Relação de Lisboa, Évora e Guimarães

Exma. Sra. Procuradora-Geral Distrital de Lisboa

Exmo. Sr. Representante do Sindicato do Ministério Público

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados

Exmos. Srs. Conselheiros, Desembargadores e Procuradores-gerais-adjuntos

Exmas. Sras. Governadoras Cíveis de Lisboa e de Faro

Exmos. Srs. Presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa, Guimarães, Fornos de

Algodres e Vila Nova de Fozcoia e Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, Lisboa, local onde se encontra situado este Tribunal da Relação

Exma. Sra. Secretária-Geral do Ministério da Justiça e Exmo. Sr. Secretário-Geral do

Ministério da Saúde, Exmos. Srs. Directores-Gerais e Presidentes de Institutos e Sub-Directores Gerais

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Solicitadores

Exmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais

Exmos. Srs. Magistrados Judiciais e Procuradores da República

Sras. e Srs. Funcionários

Demais ilustres convidados e amigos

Minhas Senhoras e meus Senhores

II. Há três anos, neste mesmo local e perante muitos de vós, assumi as funções de Presidente deste Tribunal da Relação de Lisboa. Neste momento volto a assumi-las, com a mesma humildade, respeito e determinação.

A legitimidade da reeleição foi-me conferida pelo voto das Exmas. Senhoras Desembargadoras e Exmos. Senhores Desembargadores que, uma vez mais, em mim depositaram a confiança para presidir a este Tribunal da Relação. Procurarei não desmerecer a confiança e esperança em mim depositadas.

Tal como há três anos, também hoje, as minhas primeiras palavras vão para as Desembargadoras e Desembargadores deste Tribunal. São palavras de saudação e gratidão. E, em V.Excias, saúdo, com muito respeito, os Juizes Portugueses, em particular os que exercem funções no Distrito Judicial de Lisboa, pela forma digna como respondem aos exigentes desafios que, cada vez mais, se colocam a quem tem a responsabilidade de administrar justiça em nome do povo.

Uma especial, respeitosa e amiga saudação aos Exmos. Presidentes deste Tribunal, que me antecederam, e muito nos honram hoje com a sua presença: **Sr. Conselheiro Cardona Ferreira, Sr. Conselheiro Henrique de Matos, Sr. Conselheiro Duarte Soares e Senhor Desembargador Silva Pereira.**

Em particular para a minha família e para os meus amigos, vai o meu muito obrigado pelo apoio e estímulo que de todos sempre recebi.

III. Há três anos, em idêntico acto de posse, sublinhei a importância e a necessidade da independência interna e externa dos Tribunais, enquanto órgãos de soberania e pilares da garantia dos seus próprios direitos e dos direitos de todos os destinatários da justiça.

Durante esse mandato estive aberto e disponível ao diálogo com todas as instituições jurídicas e com o Governo. Com todos colaborei, participando na procura de uma melhor Justiça. Preservei e defendi sempre a independência dos Tribunais. Não só em relação aos demais órgãos de soberania como também em relação a todas as instituições.

É esta disponibilidade e determinação que hoje reafirmo e me proponho prosseguir neste novo mandato.

Mas hoje quero falar-vos da premente necessidade de reconquistarmos o prestígio dos Tribunais perante os outros órgãos de soberania e, especialmente, perante os cidadãos. Se o conseguirmos teremos a garantia de as nossas decisões serem aceites e respeitadas.

Trata-se de uma tarefa em que cada um, e todos em conjunto, somos imprescindíveis para alcançar este fim. E nesta caminhada devemos estar unidos: Magistrados, Advogados, Solicitadores, Funcionários, e todos aqueles que, fazendo parte da família jurídica e judiciária, trabalham para alcançar o bem supremo que é a Justiça.

A responsabilidade pelo funcionamento da justiça é, antes de mais, uma questão que se prende com o estabelecimento político de normas e princípios destinados ao bom funcionamento dos Tribunais, mobilizando os recursos necessários para que estes prossigam os seus fins. Mas não pode ignorar-se que a prestação de contas por parte dos Tribunais, enquanto órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo, na expressão do artigo 206.º da Constituição da República, radica, em primeira linha, nos Juízes.

O comportamento de cada um deve reflectir o empenho, a serenidade, a dignidade, a independência e o respeito pelos destinatários das nossas decisões, num exercício que TCHEKHOV, há mais de cem anos, já prenunciava, ao afirmar:

“Vou construir o meu trono à altura de um homem; para me pedir justiça, ninguém terá de erguer a cabeça ou de curvar a espinha”.

Será com esta humanização na aplicação da lei, apoiada na norma jurídica e na dimensão do Homem, que os Juízes encontrarão o caminho para o reconhecimento e a dignificação da Justiça, assim a prestigiando, assim se prestigiando e assim prestigiando também os tribunais onde a exercem.

É com esta nossa atitude que resgataremos e consolidaremos o prestígio dos Tribunais.

Estou inteiramente empenhado neste desafio, em cujo sucesso acredito. E espero que todos os responsáveis pela administração da justiça, repito, espero que todos os

responsáveis pela administração da justiça se empenhem, com seriedade, neste mesmo objectivo.

O prestígio dos tribunais não deve ser um qualquer troféu para ser exibido. Esse prestígio deve ser o espelho em que os cidadãos se revejam e onde se reflecta o respeito destes pelas decisões aí proferidas.

Tribunais independentes e prestigiados serão respeitados por todos. E assim se fortalecerá o Estado de Direito e a Democracia.

Mas este desafio, que daqui e agora a todos ousou lançar, tem de ser acompanhado com medidas que proporcionem condições dignas para os que trabalham na administração da justiça e para os que a ela recorrem.

IV. A solução de problemas ligados com a falta de condições de trabalho foi um dos objectivos que tracei no meu anterior mandato. Com o esforço e a compreensão dos serviços tutelados por Sua Excia. o Ministro da Justiça, que é justo aqui realçar, temos que reconhecer que se obtiveram significativas melhorias nesta área. Mas ainda insuficientes. E por isso, continuarei a pugnar pela obtenção de condições dignas para aqueles que trabalham neste Tribunal e para aqueles que a ele se dirigem, nas suas variadas funções.

Há três anos, neste mesmo local, disse que este Tribunal, para 120 Juizes Desembargadores e 18 Procuradores-Gerais Adjuntos, dispunha de 17 gabinetes de trabalho. Hoje, para 132 Juizes Desembargadores e 21 Procuradores-Gerais Adjuntos, dispõe de 43 gabinetes de trabalho. Temos de reconhecer que foi feito um esforço significativo. Foi o possível, mas, ainda assim, insuficiente para a satisfação das reais necessidades. Continuarei, em sede própria, a pugnar pela tomada de medidas desta natureza, e de outras, que acompanhem uma viragem da política governativa na área da Justiça, sensibilizando as entidades responsáveis. E tudo isto com um único objectivo: prestigiar o funcionamento dos tribunais e dignificar a administração da Justiça.

V. Uma palavra para a comunicação social.

Não podemos, nem devemos, ignorar o importante papel que a comunicação social tem na actualidade. Os Tribunais, sem quebra das suas obrigações legais, devem, através dela, dar a conhecer o que fazem, como o fazem e em que condições o fazem. Não por interesses pessoais ou corporativos, mas no interesse dos cidadãos.

No relacionamento com a comunicação social, ao longo destes três anos, privilegiei uma atitude de verdade, de rigor e de igualdade, com respeito pelo objecto da informação e

pelo interesse público nessa mesma informação. Esta atitude foi compreendida e respeitada pelos profissionais da comunicação social, que, no que a este Tribunal se reporta, tem sido também uma atitude de respeito, competência, rigor e seriedade. É com satisfação que registo este relacionamento, que a todos dignifica, e que é determinante para uma independente e correcta informação.

Espero que se mantenha este relacionamento de recíproco respeito, seriedade, rigor e competência.

VI. Para terminar, presto a minha homenagem às pessoas que me viram nascer e crescer, a quem o meu coração se dirige, em silêncio, mas pensando ***en la mi lhéngua materna, que yè l mirandês, segunda lhéngua oficial de Portugal.***

A todos, o meu muito obrigado!

Lisboa, 16 de Julho de 2008.

(Luís Maria Vaz das Neves)